**ECONOMIA DA ALDEIA COMUNAL KENNETH KAUNDA NO DISTRITO DE MASSINGA, PROVÍNCIA DE INHAMBANE. UMA EXPERIÊNCIA ORIENTADA AOS DITAMES MARXISTA-LENINISMO, 1975 – 1987**

**Por: *Elcído Francisco[[1]](#footnote-1)&
 Iceu Carlos[[2]](#footnote-2)***

**Abstract**

This current study is based on the economics of the communal Village Kenneth Kaunda in Massinga district, 1975-1987. The study is structured in three chapters, where in the first chapter, it depicts the natural picture of the Massinga district, making reference to the geographical aspects, economic structure, population density and historical cultural aspects. The second chapter then discusses the evolution of the economy of Massinga district before and after the proclamation of national independence in 1975. However, such an evolution of the economy in the colonial period was based on agriculture, cotton cultivation and migratory activity. Where in agriculture it can be observed that there was a differentiation, to those who developed indigenous agriculture and non-indigenous agriculture. The cotton crop is an income activity that provided the improvement of the living conditions of the population and later that population lost in favor of the Portuguese who had greater power in relation to the native populations, where they were relegated to less productive lands and were forced to sell their labor force to the local cotton company.therefore, migratory activity was an option found by the population of Massinga to some extent to improve the living conditions of their families by emigrating to the Republic of South Africa. Finally, the third chapter deals with the emergence of the Kenneth Kaunda communal village in Massinga, the socialization and cooperativism of small-scale peasantry, income cultures, major sectors of activity (trade, agriculture, livestock and artisanal industry), trade balance and gross domestic product, which contributed to the development of populations, and finally, the monograph presents a conclusion of the research.

**Key words:** Massinga, communal village, Kenneth Kaunda, economy, agriculture.

**Introdução**

Com o alcance da Independência Nacional em Junho de 1975, Moçambique, introduziu reformas significativas no aparelho do Estado que consistiram na nacionalização dos principais serviços e bens (terra, saúde, educação, fábricas e habitação). A planificação Socialista da economia em Moçambique, foi uma das bases essenciais para o sucesso que se pretendia naquele período. Porém, tal sucesso, não se reflectia na dinâmica do crescimento populacional, mas também, da distribuição territorial e das relações de produção existentes. Assim sendo, a socialização da economia em Moçambique, teve o seu auge no seminário nacional de Agricultura, realizado na província de Niassa, distrito de Marrupa, o qual procedeu as ideologias da criação de aldeias comunais. Tais aldeias eram tidas como fonte de acumulação para o desenvolvimento económico das comunidades locais. Em Massinga, o marco inicial foi dado quando se iniciou o processo da integração das famílias naquela aldeia comunal, onde foram registadas cerca de vinte (20) famílias[[3]](#footnote-3). Assim, aqueles registos, destinavam-se por um lado, a socialização do campo que figurava como uma das prioridades envolvendo o Estado e a população que vivia naquela aldeia comunal, assim como para controlar a população das migrações; e por outro, serviu para proteger a população do conflito civil que se fazia sentir no distrito de Massinga. Como resultado, surgiu a aldeia comunal Kenneth Kaunda no distrito de Massinga 1975 – 1987.

**Procedimentos metodológicos**

No presente trabalho recorreu-se ao método dedutivo, com a intenção de perceber o conteúdo das premissas por intermédio de uma cadeia de raciocínios em ordem descendente, da análise do geral, (a economia Socialista em Moçambique, 1975 – 1987), para o particular (a economia da aldeia comunal Kenneth Kaunda no distrito de Massinga, 1975 – 1987). A pesquisa desenvolveu-se em três fases: na primeira, fez-se a revisão bibliográfica dos autores que abordam o assunto, leituras de obras publicadas, teses, dissertações, monografias e alguns artigos publicados. Esta literatura serviu de base para a compreensão da evolução da economia Socialista em Moçambique. No segundo momento, foi o de trabalho de campo onde se procedeu as entrevistas semi-estruturadas. O tipo de amostra foi por acessibilidade, que “consiste em determinar um número que o autor teve acesso, o mesmo que garanta uma representação do universo. Esta amostra é destituída de qualquer rigor estatístico” (Gil, 1989, p. 97). A escolha desta metodologia deveu-se ao facto de maior parte dos indivíduos vividos na época em estudo principalmente naquela circunscrição de Massinga, já encontram-se espalhados, alguns desaparecidos ou na pior da hipótese falecidos. Por esses pressupostos que a pesquisa teve acesso a seis (6) indivíduos, dos quais dois (2) antigos combatentes da Luta Armada de Libertação Nacional, residentes em Massinga. A escolha destes, justifica-se pelo facto de terem vivido em vários aldeamentos, desde os promovidos pelos portugueses nos últimos anos da sua presença em Moçambique e mais tarde em aldeamentos criados pela Frelimo; ainda recorreu-se a um (1) professor da disciplina de História em exercício na Escola Secundária de Massinga, por aquele ter contribuído com ideias concretas com base em experiência da cooperativa de Guizugo e; finalmente, foram contactados três (3) cidadãos que viveram o período em estudo, por entender-se que estavam directamente associadas em aldeias comunais, e que deixaram ficar suas reflexões sobre aquele modelo Socialista em Massinga. Na terceira fase, foi a compilação das informações obtidas nas fases anteriores, culminando com a redacção do trabalho final.

A pesquisa pretende abordar a economia Socialista em Moçambique. Contudo, as aldeias comunais da província de Inhambane, representam uma temática pouco desenvolvida, por isso, pode contribuir no campo da história económica do distrito de Massinga. Para isso, funcionária como um documento complementar de conhecimento relacionado à economia Socialista em Moçambique, valorizando a relação existente entre os menos e mais sucedidos economicamente, contrariando a situação herdada no período colonial que se traduzia em descriminação racial, geográfica, cultural e até económica.

**EVOLUÇÃO ECONÓMICA DO DISTRITO DE MASSINGA**

A economia do distrito de Massinga, apresentava uma organização económica constituída basicamente pela agricultura e a força do trabalho migratório. Ademais, a agricultura dos nativos era tradicional baseada na dependência pedológica e climática. Entretanto, tal cenário reverteu-se com a chegada dos portugueses em Massinga, estes que obrigaram os nativos a fixarem-se nas terras menos férteis, e consequentemente começou a dependência, (Almeida, 1959, p. 73).

Para além disso, a força do trabalho migratório, era determinante na medida em que o recrutamento de cidadãos locais estava a cargo da WNLA[[4]](#footnote-4), esta que regulamentava o recrutamento dos cidadãos, tal acção constituía uma fonte de rendimento importante em divisas para o colonialismo português, facto que levou a maioria dos cidadãos com idade activa (jovem) a passarem grande parte da sua vida activa naquele País vizinho, (CEA[[5]](#footnote-5), 1998, p. 51). Por outro lado, com a conquista da independência nacional em 1975, evento que marcou uma roptura na forma de ser e de estar da economia do distrito, devido as novas políticas económicas adoptadas pelo novo governo da Frelimo, onde alguns sectores foram inovados enquanto outros foram reestruturados conforme as políticas centralizadas. Assim sendo, a tendência da evolução económica do período colonial para o pós-colonial foi invertida. Por exemplo, a agricultura foi nacionalizada nos moldes do Socialismo, aglomerando as pessoas em aldeias comunais, como forma de desenvolvimento e da socialização do meio rural.

Assim, na sequência daquela transformação, houve mudança dos *“modus operandii”* daquelas actividades (agricultura e o trabalho migratório). Todavia, com a conquista da independência nacional, maior parte dos bens e serviços foram nacionalizados, onde, por conseguinte, decidiu-se a escolha da economia planificada desenvolvida em aldeias comunais e cooperativas agrícolas. Ademais, no mesmo diapasão Araújo (1997, p. 27), aludiu que aqueles povoamentos rurais, eram compostos por 3 a 4 casas familiares, as quais aparecem disseminados pelos campos próximo das machambas familiares. Desse modo, era necessária a socialização do campo, através dela, romper-se a dispersão populacional e que posteriormente, surgiu uma outra forma de organização da população, que tornou-se em unidades de produção colectiva[[6]](#footnote-6).

Enquanto, a força do trabalho migratório foi proibido para intensificar a produção agrícola e enfraquecer a economia da África do Sul. Sobre tal facto, (CEA, 1998, p. 115), explicou que os imigrantes sentiam-se completamente dependentes do seu rendimento na África do Sul, porque a actividade agrícola não rendia o suficiente capaz de minimizar os estragos da guerra e ainda com as calamidades naturais que se fizeram sentir em 1983 e 1984, que afectaram de forma cíclica algumas culturas e em desespero os camponeses alimentavam-se das suas sementes como recurso, o que de certa forma contribuiu para o baixo rendimento das famílias. Aquele baixo rendimento, obrigou maioritariamente a população jovem a imigrar para a Vila de Massinga e África do Sul, consequentemente resultou no comércio informal, bandidismo e mendicidade.

Assim, o sector agrário esteve no epicentro da evolução económica do distrito, onde, as populações priorizaram o mercado interno, não obstante, a diferenciação existente no período colonial. Aquela actividade agrícola, contribuiu na produção de alimentos que possibilitaram na sua sustentabilidade até o inicio de outras épocas agrícolas. Todavia, as culturas eram alternadas em cada época agrícola, principalmente as culturas de rendimento, como algodão, copra e a castanha de caju.

**O DESEMPENHO DOS PRINCIPAIS SECTORES DA ECONOMIA NA ALDEIA COMUNAL KENNETH KAUNDA NO DISTRITO DE MASSINGA (1975-1987)**

**Factores do Surgimento da Aldeia Comunal Kenneth Kaunda**

A aldeia comunal Kenneth Kaunda, surgiu do corolário de muitas outras aldeias como foi o caso da aldeia comunal Agostinho Neto, na cidade da Maxixe; aldeia comunal de Funhalouro, na circunscrição do mesmo nome; aldeia comunal Josina Machel e a aldeia comunal 25 de Junho. Estas duas últimas, localizavam-se no distrito de Vilanculos, implantadas depois da independência nacional em 1975. O objectivo principal da criação daquela aldeia comunal, era o da socialização da economia no meio rural em que, o poder deveria estar centralizado nas mãos dos operários e camponeses. Entretanto, convicto a socializar a economia, devia-se aglomerar a população local em aldeia comunal, com autonomia administrativa e uma economia de subsistência. A socialização a que se referia, prendia-se em várias teorias de organização económica, que defendia a propriedade pública ou colectiva dos meios de produção e distribuição de bens de uma sociedade caracterizada pela igualdade de oportunidades. Sobre as géneses do surgimento da aldeia comunal Kenneth Kaunda, são referidos por Sabão Mutota (2017), ao explicar que:

O primeiro factor que levou ao surgimento daquela aldeia comunal Kenneth Kaunda, foi pelo facto de muitas famílias dependerem dos salários dos imigrantes e ficavam muito tempo sem voltarem para as suas casas, por vezes, por ano voltavam uma vez. Daí que, a Frelimo optou por concentrar aquelas famílias camponesas em aldeias, ensinando lhes as técnicas de cultivo modernas. E o segundo factor, prende-se com a guerra civil, quando a Renamo entrou no interior do distrito vindo de Muri[[7]](#footnote-7) em direção a Vila do distrito de Massinga. Os homens armados matavam e saqueavam os bens das pessoas e como forma de se livrar, as pessoas fugiram a procura de esconderijo, onde foram aglomeradas naquela aldeia comunal e outras imigraram para África do Sul. (Cp. Massinga, 25/09/2017).

O surgimento da aldeia comunal Kenneth Kaunda, estave associado numa fase inicial da colectivização da agricultura como base para superar a fome e também como um factor decisivo do governo da Frelimo. Mais tarde, aquela aldeia serviu como um centro para acomodar a população que sofria os efeitos da guerra civil. Tal conflito, causou dificuldades de sobrevivência aos habitantes da circunscrição de Massinga. Assim, uns imigravam para África do Sul com o intuito de serem contratados para trabalhar nas minas e outros refugiavam-se naquela aldeia como o único local de abrigo. Da conjugação dos factores (socialização da agricultura e a guerra civil), conclui-se que o governo da Frelimo conseguiu concentrar as pessoas, primeiro para impulsionar a produção colectiva como forma de socialização do campo, e segundo para criar maior controlo em uma aldeia comunal. Deste modo, os produtos seriam colectivizados em produção estatal.

**A Socialização da Economia na Aldeia Comunal Kenneth Kaunda**

Nos estudos de Krássine (1981, p. 180), sobre a socialização da economia, concluem que no cooperativismo havido naquela aldeia, baseava-se em estratégias que possibilitaram uma gestão articulada entre o sector familiar e o cooperactivismo agrícola. Assim sendo, a colectivização de produção, das famílias, ou seja, as pequenas unidades produtoras foram se construindo lentamente até formarem-se em pequena cooperativa de produção agrícola. Mediante essa fixação lenta, houve a necessidade de divisão de trabalho (homens, mulheres e crianças) de modo que se conseguisse providenciar auxílio às actividades desenvolvidas naquela cooperativa agrícola. Ademais, os camponeses naquela aldeia, ao se organizarem em cooperativas agrícolas, estavam cientes da integração, ainda que sem grande relevância, mas tendo sido importante para a superação dos problemas que enfrentavam na vida quotidiana. Além disso, aqueles camponeses, juntavam as suas acções e produziam mutuamente. Salienta-se ainda que foi mais fácil difundir as novas técnicas agrícolas e consequentemente, o melhoramento na produção. Assim, o governo da Frelimo, incentivava os camponeses em oferecer sementes para lançar em suas machambas. Entretanto, existia um impacto negativo naquele cenário da colectivização da economia, que era o acesso aos mercados consumidores, porque as vias rodoviárias[[8]](#footnote-8) não facilitavam a rápida mobilidade com os centros comercias. Chongola (2014, p. 52), explicou que a operacionalização da colectivização da economia foi iniciada depois da proclamação da independência nacional, em 1975, sob uma orientação central. Assim, no distrito de Massinga, a socialização agrícola teve seu início em 1980[[9]](#footnote-9). Nesse ano, quando a produção agrícola desmoronou, e com vista a sua revitalização, o “governo da vanguarda” optou por incentivar e intensificar a vida da comunidade sob mesmos princípios morais e políticos que esta apregoava. Tais princípios eram: fraternidade, igualdade, autonomia, democracia popular, entre outros. Todavia, Sobre isso, Sabão Mutota (2017), aludiu o seguinte:

Enfrentávamos muitas dificuldades, não era fácil sair do distrito, pois, não sabíamos se iriamos chegar ao destino e voltar (…) o cenário que se viveu naquele período foi muito triste. Era normal, sair com a sua mercadoria para comercializar e saqueavam toda pelo caminho. Ou até mesmo perderes a vida. A família ficava na desgraça, ainda que fosses o único membro activo na família. Por isso, o conflito civil (guerra dos 16 anos) não ajudou muito na componente comercialização e tantos outros. Foi então que aceitávamos preços baixos porque não tinham como aliviar-se daquele cenário.(Cp. Massinga, 25/09/2017).

Ao que tudo indica a comercialização que vigorava com mais frequência era o comércio interno, em detrimento do externo. Ademais, os camponeses envolvidos na colectivização da economia passaram a ostentar um domínio sobre as condições da produção, organização consciente e reflectidamente, obtendo assim uma economia considerável de trabalho social. Os camponeses naquela aldeia comunal, tinham um objectivo fundamental que tinha em vista a prática da actividade agrícola. Porém, aquela actividade, ajudou a melhorar as dificuldades complexas que as famílias envolvidas enfrentavam, quando resistiam a oscilações e imperfeições dos mercados, diminuindo riscos e garantindo a produção e reprodução a diversos níveis (pequenos agricultores e agregados familiares) de variedades alimentares, tendo por isso contribuído para o crescimento daqueles associados. (Krássine, 1981, p. 182).

**Os Principais Sectores de Economia na Aldeia Comunal Kenneth Kaunda**

Os sectores produtivos de actividades, tais como: comércio, agricultura, pecuária e a indústria artesanal, impulsionaram a vida quotidiana da população através das trocas comerciais que envolviam todos os sectores de actividades, tanto do interior do distrito de Massinga, assim como na zona costeira do mesmo. De facto, aqueles sectores, ficaram enfraquecidos devido a política centralmente estabelecida, pois, ao aglomerar a população em aldeia comunal proporcionou baixos rendimentos á aquelas famílias, visto que, as mesmas passaram a depender grandemente da actividade agrícola.

De acordo com Sabão Mutota (2017), ao abordar a vida em comunidade naquele período, explicou que a socialização a que se referia, prendia-se em várias teorias de organização económica, da qual, defendia a propriedade pública ou colectiva dos meios de produção e distribuição de bens de uma sociedade caracterizada pela igualdade de oportunidades, (Cp. Massinga, 25/09/2017).

Assim sendo, sobre a socialização da economia na aldeia comunal Kenneth Kaunda, Krássine (1981, p. 180), concluiu que aquele cooperativismo havido naquela aldeia, baseava-se em estratégias que possibilitaram uma gestão articulada entre o sector familiar e o cooperativismo agrícola. Assim, a colectivização de produção das famílias, ou seja, as pequenas unidades produtoras foram se construindo lentamente até formarem-se em pequenas unidades de produção agrícola. Mediante essa fixação lenta, houve a necessidade de divisão do trabalho (homens, mulheres e crianças) de modo que se conseguisse providenciar auxílio às actividades desenvolvidas naquela cooperativa agrícola.

A aldeia comunal Kenneth Kaunda, foi caracterizada pela concentração de muitas pessoas, e também foi o local onde as pessoas mostraram o que de melhor sabiam fazer. Deste modo, sobre tal cenário Krássine (1981, p. 184), explicou que aquando da implantação daquela aldeia comunal, as pessoas não só sabiam trabalhar a terra como também sabiam exercer muitas outras actividades de rendimento que serviam de sustento para as suas famílias, porque naquela aldeia, havia espaço para todos e todos tinham o seu papel específico na comunidade aldeã. Contudo, ficou evidente que naquela aldeia aprendia-se a valorizar o trabalho colectivo, sem descurar o sector de actividade em que cada envolvido sabia praticar. Ainda assim, no tocante aos sectores de actividades económicas daquela aldeia Mosca (2011), explicou o seguinte:

As famílias podiam optar em aumentar os seus rendimentos com base em actividades extras agrícolas ao que não corresponde com o desejo dos decisores políticos de aumentar a produção de bens alimentares (…) as culturas consideradas importantes para a economia nacional, por vezes, não eram produzidas localmente ou eram de difícil prática, seja em grande ou pequena escala (…) na senda de orientações. Os factores que adaptam-se a realidade dos distritos nunca foram observados. (p.223)

Diante disso, pode admitir-se que o partido Frelimo apenas queria instrumentalizar as famílias, incutindo suas ideologias mas sem respeitar os outros ramos de actividade, porque nem sempre a produção agrícola foi constantemente estável, pois, houve momentos de ruptura das precipitações e períodos de estiagem. A comunidade aldeã recorria a outras formas de sobrevivência e consequentemente, a aldeia comunal era o local reprodutor de formas específicas de organização e ocupação do mesmo espaço.

**O Comércio**

Para o ministério de Agricultura (1990, p. 20), a actividade comercial, proporcionou uma fonte de organização económica para a população vathswa, onde aquela actividade era efectuada através de trocas de bens e serviços e a sua especialização na sua produção, de onde detinham rendimentos significativos. Tais rendimentos, visavam assegurar que as famílias elevassem cada vez mais o nível de vida de todos os habitantes daquela aldeia comunal. Não é por acaso que Siquisse (2006, p. 62), concluiu que o comércio praticado naquela circunscrição de Massinga, tinha a sua origem tradicional, baseada na troca de excedentes agrícolas e de alguns animais, que era feita de uma zona com a outra. Nesse comércio, eram trocados os seguintes produtos: o tabaco, hortícolas, carne suína e mel. Em contra partida nas regiões vizinhas em que eram afectadas pelas secas, as pessoas deslocavam-se para Massinga levando panelas e bilhas de barro e cestos, recebiam produtos como: óleo alimentar, açúcar, sabão batata-doce e o milho.

Debruçando-se sobre a actividade comercial, Arão Faustino (2017), explicou que aquela actividade comercial, estabeleceu relações de reforço mútuo, em ocasiões de crise na produção agrícola familiar. Depois do habitat em aldeia comunal, o comércio não era flexível, como consequência, os rendimentos eram baixos. Esse baixo rendimento era adequado para aquelas populações, porque uns eram maioritariamente pobres e outros não tinham outra opção, senão, aceitar aquelas condições que eram impostas pelo partido Frelimo, o de praticar e desenvolver a actividade agrícola. (Cp. Massinga, 10/09/2017).

**A Agricultura**

Este sector de actividade, foi fundamental em Moçambique e no distrito de Massinga em particular. Por isso, Arão Faustino (2017), vincou que os vathswa, tinham-na como actividade principal naquela comunidade, contudo, era praticada em simultâneo entre homens e mulheres que desde os doze anos, ambos assumiam a responsabilidade da machamba roça[[10]](#footnote-10), que passavam a cultivar em diferentes épocas do ano, por causa das irregularidades das chuvas e continuavam a executar até o fim das suas vidas, sem descurar as actividades domésticas que também estavam sobre a alçada das mulheres. Assim, o apoio a produção agrícola, era com base em vários princípios tais como: a produção conjunta, agregação de valores (morais e ideológicos) e penosidade de trabalho. Tais princípios, visavam essencialmente, beneficiar as famílias que viviam naquela aldeia comunal Kenneth Kaunda proporcionando uma produção primária para aquela comunidade aldeã. (Cp. Massinga, 10/09/2017). No mesmo diapasão, Lourenço Massingue (2017), explicou o seguinte:

No período em estudo, houve um incremento acelerado da prática da agricultura, porém, ousa-me sublinhar que naquela aldeia comunal Kenneth Kaunda, houve uma competitividade naquele sector de actividade, pois, visava transformar o sector agrário numa sustentabilidade para aquelas populações, através da produção para o seu consumo e para a comercialização. Todavia, naquela aldeia, produzia-se varias culturas desde o milho, feijão nhemba, mapira; tubérculos como a mandioca, batata-doce; alguns citrinos como a laranjeira, entre outros. Dessas culturas, a que destacar o milho que constituiu a base de alimentação para aquela população. Ainda assim, o milho serviu para a subsistência e para a comercialização, o que proporcionou maior interesse e controlo, desde a sementeira até a colheita. (Cp. Massinga, 26/10/2017).

O desenvolvimento daquela actividade na aldeia comunal Kenneth Kaunda, foi explicada por Escrivão Chau (2017), da seguinte maneira:

Haviam actividades programadas para a roça, onde os homens até podiam trabalhar mais tempo em relação as mulheres, pois, para aquelas mulheres, conciliavam o tempo para actividade agrícola e doméstica. Desta feita, porque a agricultura constituiu um imperativo naquela aldeia (Socialização da agricultura), todo o agregado familiar engajava-se na sua prática. Porém, quando as campanhas agrícolas fossem boas, os produtos colhidos eram para o seu consumo e o remanescente servia para a venda, ainda que, houve a especulação do preço daqueles produtos por alguns camponeses que não tinham outras formas para vender os seus produtos. (Cp. Massinga, 10/10/2017).

O objectivo da produção, assim como os meios da sua realização estavam objectivamente condicionados pelas relações de produção. Entretanto, os meios de produção pertenciam maioritariamente a população, ademais, a produção realizava-se nos interesses daquela população e o seu objectivo imediato foi o bem-estar das suas famílias e não os lucros. Neste contexto, retratando o período Socialista, Mosca (2014, p. 140), concluiu que o nível de vida das populações aldeãs foi baixo, devido aos apoios técnicos e a assistência aos camponeses que era fraca, em contra partida, aplicavam-se medidas duras o que dificultaram o percurso normal da vida em comunidade. Essas medidas, não eram abrangentes visto que, apenas os mais desfavorecidos eram os mais afectados, logo, requeria destes, um esforço redobrado para poder ter uma vida digna a sua realidade.

**A Pecuária**

A actividade pecuária ajudou na melhoria das condições de vida daquela comunidade aldeã. Entretanto, nos estudos do Ministério de agricultura (1992, p. 54), concluem que o seu desenvolvimento foi fraco por causa dos longos anos do conflito civil que culminou com a morte, fuga e roubo de muitos animais. Na sua maioria eram pequenas espécies, pequenos ruminantes, e os suínos que constituíam uma solução estratégica para o desenvolvimento dos pequenos produtores. Assim, Arão Faustino (2017), considerou que o efectivo pecuário que as pessoas dispunham, foi inviabilizado por alguns factores que a seguir explica:

A comunidade aldeã, teve constrangimentos profundos quanto a obtenção da carne para sua alimentação. Pois, os animais domésticos eram impossíveis de obter localmente, devido a sua escassez, e a única carne que existia disponível era a de galinha cafreal. As dificuldades na produção local daqueles animais, levou a população local a aproveitar algumas espécies faunísticas (a caça de animais). Mas, residia um grande interesse no desenvolvimento da produção pecuária nos sectores familiares que estavam em organização. A redução dos cuidados a que estavam sujeitos os animais e as deficiências em medicamentos, tiveram reflexos na sociedade e na capacidade de produção dos efectivos que existiam.(Cp. Massinga, 10/09/2017).

Do exposto acima, conclui-se que, nem todos os habitantes sortiam efeitos desejados, as difíceis condições com que alguns animais eram criados aliados a pestes, proporcionou a desistência daquela prática. Todavia, a caça de animais, apenas era para o consumo visto que nem sempre conseguiam uma quantidade enorme, ainda assim, não existiam métodos ou meios para a sua conservação.

Para a satisfação das suas necessidades, a população tinha que trabalhar arduamente para ter tudo em abundância. Siquisse (2006, p. 63), referiu que naquela aldeia, foram aproveitados animais como o burro e o boi que serviram para auxiliar os camponeses nas suas actividades, tendo por isso, desempenhado um papel fundamental para trabalhar a terra, transportar a lenha, ir a busca de água e mesmo como transporte quando faziam longas distâncias. Também, aqueles animais, ajudaram na comercialização de excedentes agrícolas e nas trocas comerciais, sendo que, as verbas provenientes daquela comercialização foram úteis para pagar o pessoal preparado como o ferreiro, serralheiro, carpinteiro, e para aquisição de materiais necessários para a construção do equipamento de treino e de algumas alfaias. A falta do dinheiro para o pagamento da taxa de utilização do tanque carracicidas, dificultou aos proprietários dos animais em levarem os seus animais aos devidos tratamentos quando fosse necessário. Tal constrangimento é abordado por Sabão Mutota (2017), quando explicou o seguinte:

Fora disso, tais dificuldades económicas, notavam-se também na produção, onde o sistema de curral de pau e pique de bambu ou reforçado com arame farpado, com reduzidas horas de posteiro e pastores em idade escolar, era utilizado na produção camponesa. As próprias condições de produção das unidades privadas não eram muito melhores, pois, as poucas áreas vedadas, ainda tinham os criadores de gado e já com sinais de sobrepastoreiro e invasão arbustiva, em que, os animais existentes tinham que ser apascentados fora das mesmas. (Cp. Massinga, 10/09/2017).

A escassez de recursos para pagar os pastores de gado levou com que os pais, forçassem os seus filhos para praticarem a actividade pecuária e a agricultura como forma de obter o sustento das suas famílias. Desta feita, a falta da erva para a alimentação do gado, foi outro constrangimento que aquela população enfrentou, tendo por isso, percorrido longas distâncias para procurar a sustentabilidade para o seu gado.

**A Indústria Artesanal**

Krássine (1981, p. 186), ao escrever sobre a Indústria Artesanal, alude que a mesma, visava agregar maior valor a produção dos agricultores, além desse valor, os agricultores produziam outros resultados que geraram renda para às suas famílias. Ademais, aquelas famílias, por sua vez ostentavam um conhecimento material e tradicional sobre os produtos e processos específicos, passando de um simples agricultor para um artesão, oleiro, etc, sempre enriquecendo, renovando e adaptando as novas técnicas. Assim, este era um cruzamento entre o conhecimento e o gosto que fazia com que o produtor fosse requintado consigo mesmo exigente e cativo das preferências dos demais. De facto, os ofícios praticados pela população vathswa eram de carácter artesanal, e exercia-se com base na divisão de trabalho entre homens e mulheres. Nesta perspectiva, Siquesse (2006, p. 61), concluiu que os homens dedicavam-se a esculpir ramos ou pequenos troncos, desses ramos, saiam cabos de enxadas e de machados, assim como também fabricavam esteiras, pilões, peneiras e colheres de pau. Assim, sobre as acções concretas realizadas naquela aldeia comunal, Lourenço Massingue (2017), teceu o seguinte:

A organização das pessoas para o trabalho e nas formas de sociabilidade, influenciou bastante no modo de vida rústico, onde as famílias eram as unidades de produção e consumo. Assim, aquelas famílias materializaram-se como unidades de produção em configurações particulares, como também configuraram-se em materialização de consumo, mas a circulação de pessoas e bens admitiu perfeitamente a troca de produtos e de experiências. Porém, apenas a legitimidade da autoridade da aldeia (o secretário da aldeia) é quem passava uma guia, que permitia a mobilidade das pessoas de um local para o outro e relacionava o que era necessário para a produção e reprodução de um mesmo conjunto de pessoas, pese embora, os ganhos vindos deste sector de actividade (os ofícios), permitiram para obtenção de produtos que directa ou indirectamente contribuíram para enfrentar as necessidades de consumo de cada família naquela aldeia comunal. (Cp. Massinga, 26/10/2017).

Analisando as formas com que aquela actividade era exercida naquela aldeia comunal Kenneth Kaunda, Escrivão Chau (2017), nas suas abordagens, explicou que:

Os camponeses inseridos na aldeia comunal Kenneth Kaunda, ainda que eram dependentes fundamentalmente da actividade agrícola, eram artesões, segundo as estações do ano e a necessidade de obtenção do dinheiro para efectuar algumas compras. O papel das relações entre as sociedades tradicionais dos camponeses dependia da sua reprodução social, e era manifestada em diferentes esferas como: a económica, social e cultural. Desta feita, os camponeses não só passaram a vida dependentes da actividade agrícola mas desenvolveram formas particulares para a sobrevivência alternadas, teciam esteiras, fabricavam pilões, peneiras, entre outros objectos comercializáveis. (Cp. Massinga, 10/10/2017).

Do exposto acima, pode-se compreender que, aquela forma de organização das pessoas permitiu com que as autoridades daquela aldeia tivessem o maior controlo das populações e ajudou na distribuição equitativa de produtos alimentares, vestuário, em números de agregados familiares. Como fruto da comercialização dos seus excedentes agrícolas e como compensação, o governo abastecia aquela aldeia comunal em diversos produtos, constituídos maioritariamente por arroz, óleo e sabão.

Outra abordagem sobre a indústria artesanal, praticada na aldeia comunal Kenneth Kaunda é trazida por Arão Faustino (2017), quando concluiu que:

A prática dos ofícios naquela comunidade aldeã, era com base em tempos livres, na mediada em que, as pessoas depois de cumprir as actividades daquela aldeia, poderiam executar as actividades individuais. Ou seja, primeiro desenvolvíamos actividades colectivas e depois é que poderíamos fazer as nossas actividades de rendimento, mais não em grandes quantidades. (Cp. Massinga, 10/09/2017).

Para o entrevistado, as actividades que eram mais frequente naquela aldeia comunal eram a pesca artesanal, o comércio e a arte de tecer esteiras. Assim, o material para o fabrico de esteira por exemplo, era adquirido no povoado de rios das pedras e em algumas planícies, pois que, este material é denominado *Titsulo* (o mais resistente) e *Xihuvane* (o menos resistente) em língua local Xithswa, pela sua natureza, aquele material precisa de locais constantemente húmidos, ou seja, estas plantas são aquáticas, de seguida, põe-se a secar e depois procede-se a textura com base em linhas de sacos e agulhas específicas. As linhas de saco, são enroladas sobre varias pedras, que criam uma textura bonita e apetecível para o comprador. Esta actividade durava uma semana ou mais dias dependendo da disponibilidade da pessoa que manuseia a linha e a agulha no *Titsulo* e *Xihuvane*. Terminado o processo, as esteiras podiam ser usadas para o uso doméstico, como local para servir refeições assim como oferecer de presente nas cerimónias diversas como o casamento tradicional e o civil.

Os ofícios praticados naquela aldeia comunal serviam de diversão em momentos livres, ainda mais, aqueles objectos requeriam muito tempo e paciência para o seu fabrico. Por vezes, as pessoas exerciam aquela actividade porque necessitavam de proceder trocas em detrimento de outros produtos alimentícios, assim como para comercializar. Aqueles ofícios (pilão, colher de pau), eram os mais necessitados pelas populações, por serem de baixo custo e duradoiros, além disso, precocemente ensinavam os seus filhos a esculpir aqueles troncos assim como, incutiam o gosto e amor pelo trabalho exercido. Contudo, aquela actividade teve um significado económico na vida daquelas populações, porque combatia a fome e a subsistência das famílias, outrossim, poderiam enfrentar a vida e promover relações de trabalho mútuo em comunidade. (Siquisse, 2009, p. 63).

**Considerações Finais**

À luz do trabalho feito e em função dos objetivos traçados, o período em estudo, maior parte da população vivia no meio rural. Consequentemente, desenvolvia suas actividades em moldes rústicos. Contudo, com a política da socialização do campo, levada a cabo pelo governo da Frelimo, que até foi agressivo alguns casos. Tal agressividade, não deu espaço para que as populações praticassem as suas actividades com base em conhecimento artesanal, uma vez que, naquele período, a população apresentava níveis baixos de escolaridade. Portanto, o imperativo a que foi sujeita a população da circunscrição de Massinga e do país no geral, criou dificuldades profundas em assimilar a política socialista. Por isso, houve oportunismo, uma vez que nem sempre aquela política chegou a ser plenamente cumprida, por causa das deficiências que o modelo socialista implementado em Moçambique trouxe. Ademais, o conflito civil, contribuiu negativamente na implementação daquele sistema, criando desordem, desinformação e destruições às conquistas do colonialismo português.

A pesquisa concluiu que, na circunscrição de Massinga, a população vivia dispersa, mas no entender dos entrevistados, antes da vida em aldeia, estavam criadas condições básicas para que as populações desenvolvessem às suas actividades de forma independente. Assim sendo, ao serem aglomerados naquela aldeia comunal, sentiram-se mal tratados e por vezes perguntavam: “libertamos a terra para quê? Fomos obrigados a sair das nossas terras, onde produzíamos, criávamos animais e tínhamos tudo ao nosso dispor… para virem nos deixar aqui!”. Portanto, os sectores de actividades descritos no presente trabalho, poderiam sortir efeitos desejados se o governo da Frelimo não tivesse os restringido. Ainda assim, aquela população, continuou a desenvolver actividades consideradas sustentáveis porque não houve a optimização na alocação de apoios pelo governo. Dada a escassez de recursos financeiros, o governo não identificou potenciais agricultores capazes de desenvolver o sector agrário e adoptar uma estratégia de subordinação para com eles. Porém, não podia intimidar a existência de outras pessoas com habilidades diferentes às do sector agrário. Mas sim, incentivar a sua prática na plenitude como uma estratégia ao possível fracasso do sector agrário.

**FONTES CONSULTADAS**

**Entrevistas**

Arão Faustino, Combatente da Luta Armada de Libertação Nacional. Entrevista realizada em sua residência na Vila Municipal de Massinga no dia 10 de Setembro de 2017;

Escrivão Alexandre Chau, Chefe das Relações Comunitárias, no Comando Distrital da PRM de Massinga. Entrevista realizada no Palácio de Justiça de Massinga no dia 10 de Outubro de 2017;

Lourenço Massingue, Chefe do Posto das Comunicações no Comando Distrital da PRM de Massinga. Entrevista realizada no Comando Distrital da PRM de Massinga no dia 26 de Outubro de 2017;

Luís Sabão Mutota, Antigo Combatente da Luta Armada de Libertação Nacional. Entrevista realizada em sua residência na Vila Municipal de Massinga no dia 25 de Setembro de 2017;

Mohamade Sefo Gulane, Professor em exercício na Escola Secundária de Massinga. Entrevista realizada no Palácio de Justiça de Massinga no dia 10 de Abril de 2017.

**Bibliografia Geral**

ARAÚJO. Manuel Garrido Mendes de. *Geografia dos Povoamentos: Assentamentos Humanos Rurais e Urbanos.* Maputo, Livraria Universitária, UEM, 1997, 177p.

BONO. Ezio Lorenzo. *Muntuísmo: A ideia de «pessoa» na filosofia africana contemporânea.* Maputo, Paulinas Editora, 2ª edição, 2015, 238p.

BRITO. Luís de. *Algumas notas a propósito da história contemporânea de Moçambique*. Maputo. CEA. 1997, 488p.

CENTRO DE ESTUDOS AFRICANOS. *O Mineiro Moçambicano: Um estudo sobre a exportação de mão-de-obra em Inhambane.* Maputo, CEA, UEM, 1998, 242p.

COVANE. Luís António. *O Trabalho Migratório e a Agricultura no Sul de Moçambique (1920-1992).* Maputo, CIEDIMA, 2001, 306p.

Gil. António Carlos. *Métodos e Técnicas de Pesquisa Social.* 2ª edição, São Paulo, atlas, 1989, 203p.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA. *II Recenseamento Geral da População e Habitação 1997, Indicadores Sócio - Demográficos – Província de Inhambane.* Maputo, Editor INE, 1999, 47p.

KRÁSSINE. G. Chakhnazárov Lú. *Fundamentos do Marxismo-Leninismo*. Moscovo, Edições Progresso, 1981, 235p.

MINISTÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO ESTATAL. *Perfil do Distrito de Massinga.* Maputo, Editor MEA, 2014, 67p.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA. *Processos de Reformas no Mercado Agrícola em Moçambique.* Maputo, 1990, 94p.

MOSCA. João. *Aspectos da Competitividade e Transformação do Sector Agrário em Moçambique.* Maputo, Escolar Editora, 2014, 244p.

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_. *Bases para uma política agrária em Moçambique.* Maputo, Escolar Editora, 2014, 397p.

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_. *Economia de Moçambique: Século XX.* Lisboa, Instituto Piaget, 2005, 538p.

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_. *Políticas Agrárias de Moçambique 1975-2009.* Maputo, Escolar Editora, 2011, 470p.

REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE. *Plano Estratégico de Desenvolvimento do Distrito de Massinga*. 2013, 35p.

**Artigos Científicos**

BOUENE. Felizardo. *Moçambique: 30 anos de Independência.* Porto, 2005, 84p.

CABRAL. João de Pina. *Crises de Fraternidade: Literatura e Etnicidade no Moçambique Pós-Colonial.* Porto Alegre, 2005, 253p.

CALADO, Borges Artiel. *A Protecção dos Recursos Naturais, um estudo de caso no distrito de Mutarara*. Lisboa, 1999, 194p.

FARRÉ, Albert. *Formas de investimento de poupanças no local de origem por parte dos emigrantes do sul de Moçambique. O caso do distrito de Massinga (Inhambane).* Maputo, 2009, 23p.

NEGRÃO. José. *Como induzir o desenvolvimento em Africa? O Caso de Moçambique.* Lisboa, 2003, 75p.

THOMAZ. Ribeiro Omar. *Escravos sem dono: a experiência social dos campos de trabalho em Moçambique no Período Socialista.* São Paulo, USP, 2008, 214p.

**Monografias Científicas**

ALMEIDA. Armando Antunes de. *Monografia Agrícola de Massinga (Posto Sede)*. Lisboa, Junta de Investigações do Ultramar, 1959, 105p.

CHINGOZI. Natália António. *O Contributo Social do Mineiro no Distrito de Machaze, 1975-2005*, monografia do curso de licenciatura em História, defendida na Universidade Eduardo Mondlane, Maputo, 2008, 68p.

CHONGOLA. Xavier Gilberto. *A economia socialista em Moçambique: A experiência agrária do modelo económico socialista da cooperativa Guizugo no Distrito de Massinga (1981-1989)*, monografia do curso de licenciatura em ensino de História com habilitações em ensino de Geografia, defendida na UP-Massinga, 2014, 66p.

MACHAVA. Adérito. *Migrações Transfronteiriças e Transformações Sociais em Matutuine 1970-2000*, monografia do curso de licenciatura em História defendida na Universidade Eduardo Mondlane, UEM, Maputo, 2007, 53p.

PEREIRA, Renato Augusto*. Avaliação da Política Sanitária em Moçambique pós-independência, 1975-1987: Um estudo de caso sobre as aldeias comunais em Mutarara*, monografia do curso de História, defendida na Universidade Eduardo Mondlane, Maputo, 1997, 79p.

**Dissertações Científicas**

MALOA. Tomé Miranda. *História da Economia Socialista Moçambicana*. São Paulo, 2016, 162p.

MATSINHE. Levi Salomão. *Moçambique: Uma longa caminhada para um futuro incerto?* Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Instituto de Filosofia e ciências Humanas. Porto Alegre, 2011, 118p.

MUBAI. Boaventura Almeida. *Os Serviços de Extinção Agrária Pública ao Pequeno Agricultor Familiar no Distrito de Boane - Moçambique.* Maringá, 2014, 124p.

SIQUISSE. Alípio Elisa Paulino. *Estudo de Elementos Socio-Culturais e Económicos dos Vatshwa em Inhambane (Um subsídio Etno-Histórico para o ensino básico)*. São Paulo, 2006, 123p.

1. Licenciado em História, Técnico afecto à Procuradoria Distrital-Massinga, Província de Inhambane. [↑](#footnote-ref-1)
2. Licenciado em História, Mestre em Ciência Política pela (UP) Universidade Pedagógica e docente da Universidade Pedagógica. Delegação de Massinga. [↑](#footnote-ref-2)
3. Trata-se de dados fornecidos de forma especulativa pelo entrevistado Sabão Mutota no dia 25 de Setembro de 2017. [↑](#footnote-ref-3)
4. Witsvatersrand Native Labour Association, órgão da Câmara das Minas que contratava trabalhadores em Moçambique. Ou seja, possuía escritórios em quase todo o território nacional, sem descurar o distrito de Massinga e teve um monopólio no recrutamento de trabalhadores que durou ate 1966. [↑](#footnote-ref-4)
5. Centro de Estudos Africanos [↑](#footnote-ref-5)
6. No contexto da passagem, conjunto de parentes que, em determinadas condições ecológicas, técnicas e sociais garantem a produção e a reprodução social. [↑](#footnote-ref-6)
7. Povoação que dista a 30km da vila sede do distrito de Massinga, anteriormente tida como base da Renamo no decurso da Guerra Civil. [↑](#footnote-ref-7)
8. Por um lado, a estrada que liga o distrito de Funhalouro e por outro, a estrada que liga as cidades de Maxixe e Inhambane. [↑](#footnote-ref-8)
9. Como documento oficial, o regulamento da lei das cooperativas, no que concerne as cooperativas de produção agrária só seria aprovado em Outubro de 1981. [↑](#footnote-ref-9)
10. Refere-se a grande ou pequena propriedade agrícola, ou seja, uma pequena lavoura em especial de mandioca milho, feijão, etc. [↑](#footnote-ref-10)